



IPSET

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DE TEREZINHA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALLCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ae1995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e



Instituto de Previdência Terezinha-PE

P R E S T A Ç Ã O D E
C O N T A S 2 0 2 2

BALANÇO FINANCEIRO

IPSET - INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)

Pág.: 1

ISOLADO: 5 - IPSET - INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2.010.641,23	1.691.383,52	DESPA ORÇAMENTÁRIA		2.325.502,44	1.884.071,40
TESOURO		2.010.641,23	1.691.383,52	TESOURO		2.325.502,44	1.884.071,40
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		12.912,81	1.691.383,52	ORDINARIO		2.045.912,83	0,00
RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL		1.521.129,97	0,00	RPPS-CONTRIBUIÇÕES		279.589,61	1.884.071,40
RPPS-CONTRIBUIÇÃO SEGURADOS		470.520,10	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
RPPS-CONTRIBUIÇÕES		6.078,35	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		108.879,58	145.000,00	ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO		85.000,00	145.000,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE		0,00	0,00
ORÇAMENTÁRIA				EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		85.000,00	145.000,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE		0,00	0,00	RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS		23.879,58	0,00	RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
PARA O RPPS				PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		248.707,60	118.248,90
OUTROS APORTES PARA O RPPS		20.665,25	0,00	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		4.100,00	6.612,50
OUTROS APORTES PARA O RPPS		3.214,33	0,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		2.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS		0,00	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		1.600,00	6.612,50
PARA O RGPS				DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		194.607,60	111.636,40
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		350.038,94	114.580,25	ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.588,00	3.680,00
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		181.546,48	2.500,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		16.927,50	0,00
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	2.500,00	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		48.364,23	30.577,70
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		181.546,48	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS		2.207,67	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		168.492,46	112.080,25	PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.808,00	3.276,00
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.588,00	3.979,00	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		1.934,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		0,00	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		118.778,20	74.102,64
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		48.970,11	29.971,88	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		50.000,00	0,00
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		0,00	0,00	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		50.000,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.808,00	3.276,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		87.218,21	191.868,50
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		0,00	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		68.645,24	145.823,71
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		113.126,35	74.853,37	CONTA ÚNICA RPPS		68.645,24	145.823,71
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO		18.572,97	46.044,79
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		191.868,50	243.225,03	PRAZO		18.572,97	46.044,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		145.823,71	240.074,26	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		18.572,97	46.044,79
CONTA ÚNICA RPPS		145.823,71	240.074,26	TOTAL		2.661.428,25	2.194.188,80

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

LOURIVAL ANTONIO CALADO
GESTOR
820.617.424-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS

IPSET - INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2022

DEZEMBRO(31/12/2022)



Pág.: 2

ISOLADO: 5 - IPSET - INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		0,00	0,00				
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		46.044,79	3.150,77				
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS		46.044,79	3.150,77				
TOTAL		2.661.428,25	2.194.188,80				

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

LOURIVAL ANTONIO CALADO
GESTOR
820.617.424-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ae1995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e

IPSET - INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2022)

ISOLADO: 5 - IPSET - INST. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA

Orçamento Programa - Exercício de 2022

Pág.: 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
1 TESOUREO	2.010.641,23	0,00	2.010.641,23	1.691.383,52	0,00	1.691.383,52
600 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	12.912,81	0,00	12.912,81	1.691.383,52	0,00	1.691.383,52
610 RPPS-CONTRIBUIÇÕES	6.078,35	0,00	6.078,35	0,00	0,00	0,00
611 RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	1.521.129,97	0,00	1.521.129,97	0,00	0,00	0,00
612 RPPS-CONTRIBUIÇÃO SEGURADOS	470.520,10	0,00	470.520,10	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.010.641,23	0,00	2.010.641,23	1.691.383,52	0,00	1.691.383,52

EDER MARCONE VIEIRA
CONTADOR
042.014.874-40

LOURIVAL ANTONIO CALADO
GESTOR
820.617.424-91

ELIEZER OLIVEIRA DE CARVALHO
SECRETARIO DE FINANÇAS
765.814.974-87





APRESENTAÇÃO

O Balanço Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através do item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

JOÃO EUDES BEZERRA FILHO, CONTABILIDADE PÚBLICA:

“O Balanço Financeiro é a demonstração contábil que evidencia o fluxo financeiro de uma entidade pública. A partir do saldo inicial das disponibilidades, são acrescidas as Receitas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias (incluídos nestas os Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar inscritos no exercício). Ao serem deduzidas das Despesas Orçamentárias e das baixas Extra-Orçamentárias, obter-se-á o saldo das disponibilidades ao final do período analisado (dia, mês ou ano). O Balanço Financeiro exigido pela Lei Federal nº 4.320/19.”

As operações de natureza orçamentária e financeiras que deram suporte a elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*,



respectivamente.

As ferramentas contábeis disponíveis para a Elaboração deste balanço foram registradas em sistema de Contabilidade Pública SCP9, homologado e disponibilizado pela empresa Fiorilli, o processamento de dados é totalmente informatizado, em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Sendo operacionalizados durante o exercício de 2022. Sendo realizado este processamento pelos servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, devidamente assessorados pela M V ASSESSORIA E CONSULTORIA MUNICIPAL.

O item 4, Balanço Financeira, apresenta o comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com proporcionando a apresentação dos resultados da execução orçamentária in praxe exercício. Os dados são evidenciados neste balanço, a saber, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados. Como forma de esclarecer de transparente e de forma analítica é anexado ao balanço as notas explicativas devidamente elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão. Para que haja uma maior acessibilidade por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEPE.

Analisando os dados de 2022, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram R\$ 2.010.641,23, transferências financeiras recebidas R\$ 108.879,58 e os ingressos extraorçamentários R\$ 350.038,94. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de R\$



2.325.502,44. Os desembolsos extraorçamentários foram de R\$ 248.707,60. As transferências financeiras concedidas foram no total de R\$ 0,00. O saldo ao final do exercício (31/12/2022) foi de R\$ 87.218,21.

Em suma o Balanço Financeiro, conforme o art. 103 da Lei nº 4.320/64, é o demonstrativo que evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, considerando também saldos provenientes do exercício anterior bem como aqueles que serão transferidos ao próximo ano (BRASIL, 1964). Dessa forma, percebe-se que, enquanto o Balanço Orçamentário trata apenas das transações contidas no orçamento anual e se atenta somente ao ano referente, o Balanço Financeiro trata da totalidade de recebimentos e pagamentos,

A seguir será apresentado o Balanço Financeiro do Instituto de Previdência de Terezinhana íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

LOURIVAL ANTÔNIO CALADO

DIRETORA

EDER MARCONI VIEIRA

Contador



BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Demonstrações Contábeis Exercício de 2022

FUNDO FINANCEIRO

NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

INFORMAÇÕES GERAIS:

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE TEREZINHA - PE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.640.223/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 30/09/2006	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DE TEREZINHA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IPSET			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 84.30-2-00 - Seguridade social obrigatória			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 112-0 - Autarquia Municipal			
LOGRADOURO AV GETULIO VARGAS	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****	
CEP 55.305-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TEREZINHA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (87) 3792-1156 / (87) 3792-1146	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) MUNICÍPIO DE TEREZINHA			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/05/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: ae1995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e



Atividades de negócios da empresa:



Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses do governo municipal através dos repasses intraorçamentários. Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.

- Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do *International Federation of Accountants (IFAC)* através das *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)* das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências



contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

- Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Regime Próprio de Previdência Social.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

Bases de mensuração utilizadas:

- O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.
- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em



contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para O longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio.
-



Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 189/2020, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual ao do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham recebido o contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- Não houve ajuste para perdas dos Créditos tributários.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos



devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação).

Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

- Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS nº 509/2013, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPCn 00, dentre os quais a mensuração a valor presente. Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário. Essas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício 2019,

B.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial: Ativo

Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.



Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.



Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo



Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.



Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.



Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.



Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro



Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.



Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:



Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as “provisões matemáticas previdenciárias” comentadas a seguir.

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.



C) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

B) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2022 foi de R\$ 1.683.906,07.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2.010.641,23	1.691.383,52
<u>TESOURO</u>		<u>2.010.641,23</u>	<u>1.691.383,52</u>
<u>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</u>		<u>12.912,81</u>	<u>1.691.383,52</u>
<u>RPPS-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL</u>		<u>1.521.129,97</u>	<u>0,00</u>
<u>RPPS-CONTRIBUIÇÃO SEGURADOS</u>		<u>470.520,10</u>	<u>0,00</u>
<u>RPPS-CONTRIBUIÇÕES</u>		<u>6.078,35</u>	<u>0,00</u>

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 145.000,00 e para coberturado déficit financeiro do RPPS de R\$0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 0,00.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		108.879,58	145.000,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO</u>		<u>85.000,00</u>	<u>145.000,00</u>
<u>ORÇAMENTÁRIA</u>			
<u>REPASSE RECEBIDO</u>		<u>85.000,00</u>	<u>145.000,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS</u>		<u>23.879,58</u>	<u>0,00</u>
<u>OUTROS APORTES PARA O RPPS</u>		<u>20.665,25</u>	<u>0,00</u>
<u>OUTROS APORTES PARA O RPPS</u>		<u>3.214,33</u>	<u>0,00</u>
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 350.038,94, a restos a pagar RP não processados e RP processados ambos no valor de R\$ 181.546,48 decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis no valor de R\$ 168.492,46. Conforme quadro demonstrativo a seguir



INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		350.038,94	114.580,25
<u>INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR</u>		<u>181.546,48</u>	<u>2.500,00</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		0,00	2.500,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		181.546,48	0,00
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>168.492,46</u>	<u>112.080,25</u>
<u>ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA</u>		<u>3.588,00</u>	<u>3.979,00</u>
<u>CONTRIBUIÇÃO AO RGPS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF</u>		<u>48.970,11</u>	<u>29.971,88</u>
<u>OUTROS CONSIGNATÁRIOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>PENSÃO ALIMENTÍCIA</u>		<u>2.808,00</u>	<u>3.276,00</u>
<u>PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>		<u>113.126,35</u>	<u>74.853,37</u>
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 191.868,50.

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR		191.868,50	243.225,03
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		<u>145.823,71</u>	<u>240.074,26</u>
CONTA ÚNICA RPPS		145.823,71	240.074,26
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<u>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO</u>		<u>46.044,79</u>	<u>3.150,77</u>
<u>APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS</u>		<u>46.044,79</u>	<u>3.150,77</u>



c.1.Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 1.884.071,40.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA		2.325.502,44	1.884.071,40
TESOURO		2.325.502,44	1.884.071,40
ORDINARIO		2.045.912,83	0,00
RPPS-CONTRIBUIÇÕES		279.589,61	1.884.071,40

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 0,00.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 248.707,60. Deste valor os restos a pagar processados somam R\$ 4.100,00, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 194.607,60, outros pagamentos extraorçamentários R\$ 500.000,00. Conforme Quadro abaixo:

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		248.707,60	118.248,90
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		4.100,00	6.612,50
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		2.500,00	0,00
RP PROCESSADOS PAGOS		1.600,00	6.612,50
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS		194.607,60	111.636,40
ASSISTÊNCIA À SAÚDE - ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA		3.588,00	3.680,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		16.927,50	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		48.364,23	30.577,76
OUTROS CONSIGNATÁRIOS		2.207,67	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA		2.808,00	3.276,00
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA		1.934,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		118.778,20	74.102,64
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS		50.000,00	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		50.000,00	0,00



Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2022 foi de R\$ 87.218,21. Os valores de Caixa e Equivalente de Caixa na ordem de R\$ 68.645,24, investimentos e aplicações financeiras foi de R\$ 18.572,97. Efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n°s 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE		87.218,21	191.868,50
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>		68.645,24	145.823,71
<u>CONTA ÚNICA RPPS</u>		68.645,24	145.823,71
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		0,00	0,00
<u>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO</u>		18.572,97	46.044,79

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

d.2. Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).



d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PAR AUSO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2022
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.



h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 189/2022 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo



prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis:

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

Não houve no exercício de 2022 bens recebidos por doação.

h.4. Transferência de Ativos:

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito:

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021.

h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos:

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.



h.7.Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico.

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão. Não houve perda de bens por inservibilidade.

h.8.Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício de 2022, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.9.Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.10. Perdas da Dívida Ativa:

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2022.

h.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a



transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário.

h.14. Teste de Imparidade (*Impairment*) (MCASP 8ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):



Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2020

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve.

h. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais deserviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário.

1. INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência do Município de Terezinha/PE apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado regime em 31/12/2022.

A presente avaliação atuarial foi elaborada em atendimento ao disposto nas normas legais pertinentes à regulação dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS apontadas a seguir:

- Regras de elegibilidade aos benefícios, asseguradas para servidores de cargo efetivo inserido no regime de RPPS, no texto da Constituição Federal de 1988;
- Lei Nº 9.717, de 27/11/98 que estabelece regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal;



- Portaria Nº 402, de 10/12/1008, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis no 9.717, de 1998 e no 10.887, de 2004.
- Portaria Nº 1467, de 02/06/2022, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.
- Emenda Constitucional Nº 20, de 16 de dezembro de 1998, Emenda Constitucional Nº 41, 19 de dezembro de 2003, pela Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 que complementa e esclarece as disposições desta referida Emenda, Emenda Constitucional Nº 47, de 06 de julho de 2005, Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019.



Este relatório se constitui dos resultados da avaliação atuarial realizada com base em dezembro de 2022, tendo como principais informações os números relativos à situação atuarial do RPPS de Terezinha/PE referente às despesas e receitas previdenciárias com os servidores de cargo efetivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

2. ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

As informações utilizadas nesta avaliação estão descritas a seguir, as quais foram prestadas pelo RPPS. As informações enviadas retratam a realidade atual da massa de servidores, tendo sido considerados satisfatórios nos testes de consistência elaborados.

O total de registros utilizados na avaliação atuarial foi de 140 servidores ativos, 64 servidores inativos e 11 pensionistas. O grupo previdenciário em questão está distribuído na tabela abaixo que sintetiza as respectivas estatísticas.

Tabela 1: Estatísticas da população

Situação da População Coberta	Quantidade			Remuneração Média			Idade Média		
	Feminino	Masculino	Gerado	Feminino	Masculino	Geral	Feminino	Masculino	Gerado
Ativos	110	30	140	2.605,94	2.214,63	2.522,09	54	57	55
Ap. Contribuição	47	13	60	3.292,97	2.843,10	3.195,50	71	74	72
Ap. Idade	0	0	0	-	-	-	0	0	0
Ap. Compulsória	2	1	3	5.785,74	6.600,00	6.057,16	62	57	60
Ap. Invalidez	0	1	1	-	1.516,80	1.516,80	0	42	42
Pensionistas	6	5	11	2.359,88	1.838,04	2.122,68	63	63	63

Tais estatísticas também podem ser visualizadas no Gráfico 1, que descreve a distribuição dos servidores por categoria e por sexo. Através desse gráfico é possível verificar que a maioria da população coberta está em atividade e é do sexo feminino,

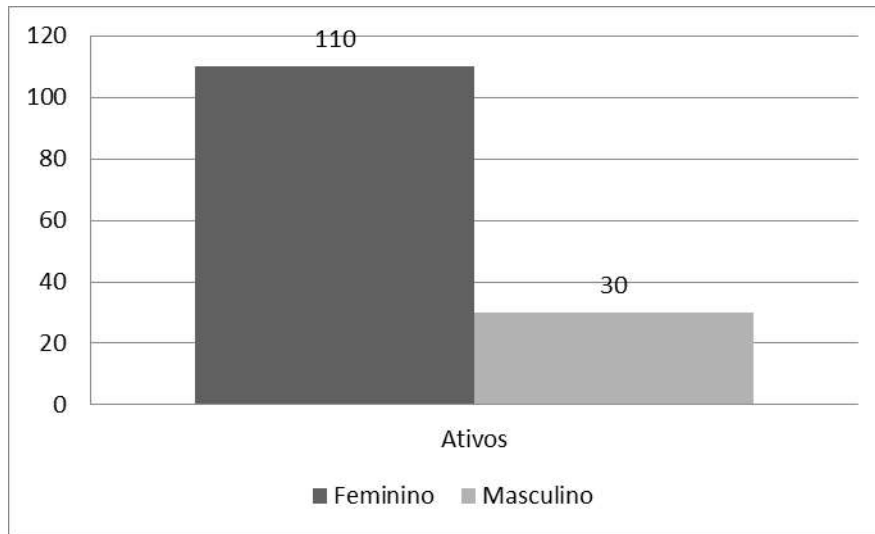


Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ael995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e

correspondente a 110 servidores.

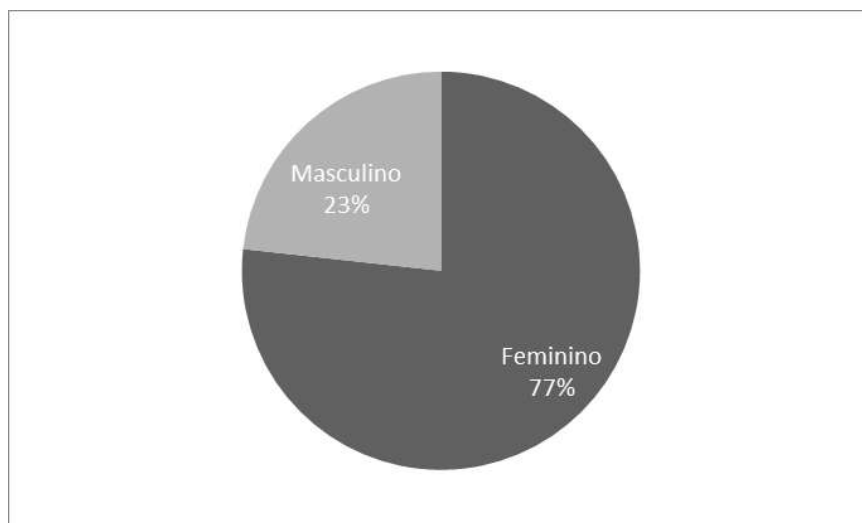


Gráfico 1: Número de servidores por sexo



Salientamos que o fato da população ser majoritariamente do sexo feminino (77%) contribui para custos maiores para o plano de previdência, uma vez que a mulher se aposenta mais cedo que o homem e tem expectativas de vida superiores.

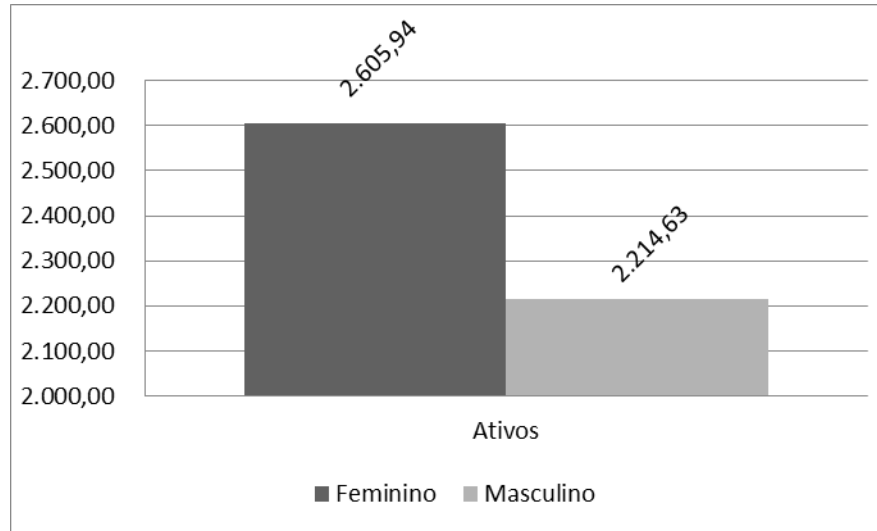
Gráfico 2: Distribuição da população por sexo





Em relação à remuneração dos servidores, é possível observar que os servidores ativos possuem um salário médio em torno de R\$ 2.522,09, onde os homens têm remuneração inferior às mulheres.

Gráfico 3: Remuneração Média



De acordo com o Gráfico 4, observa-se que a base da pirâmide é bastante estreita, significando que a população é razoavelmente madura, com uma grande quantidade de indivíduos concentrados entre as idades de 30 e 75 anos. Verifica-se que a idade média dos servidores ativos gira em torno de 55 anos.

Já em referências aos servidores inativos e pensionistas, os primeiros possuem idade média de 70 anos, enquanto que as pensionistas têm idade média de 63 anos, conforme pode ser observado no gráfico adiante.



Gráfico 4: Pirâmide Etária

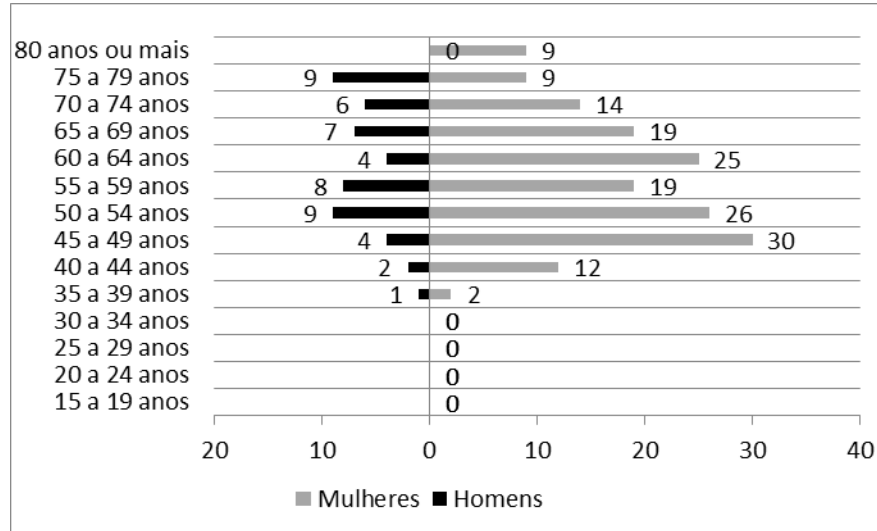
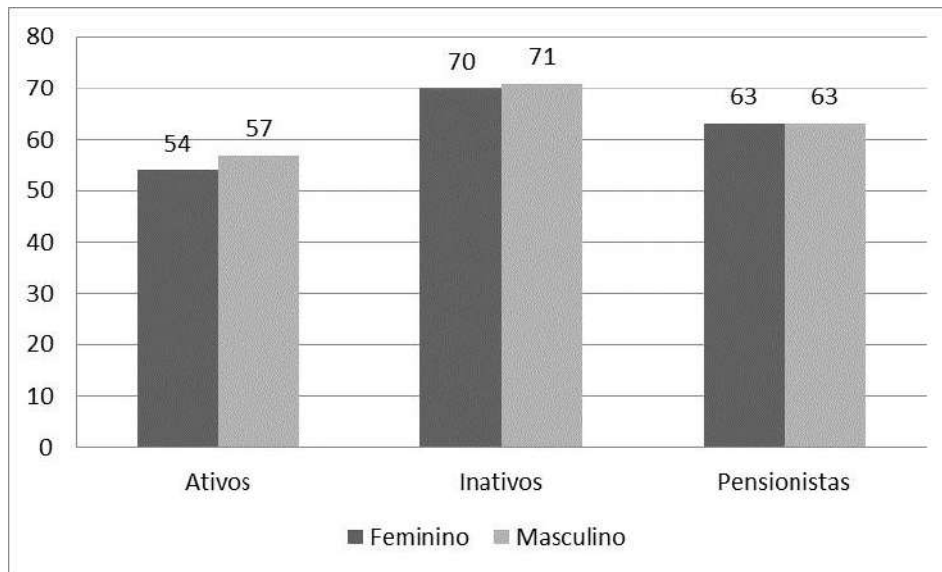


Gráfico 5: Idade Média





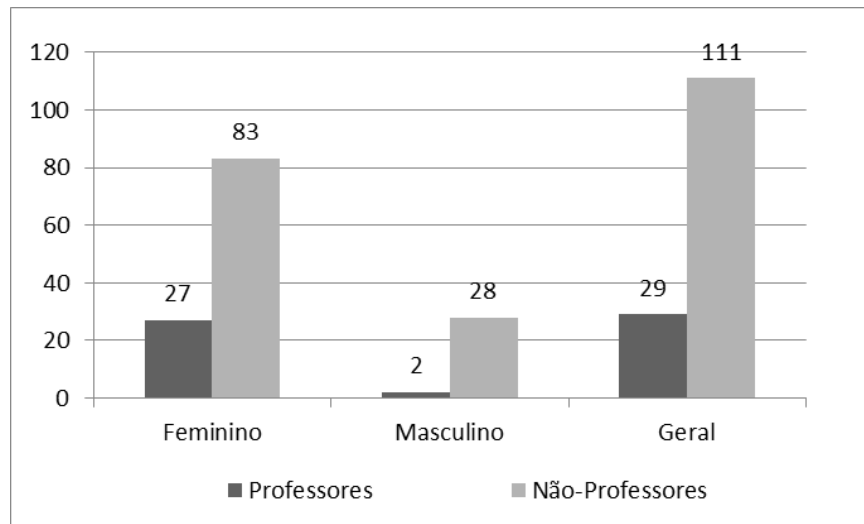
Verificou-se também que aproximadamente 20,71% (29) dos servidores ativos são professores e, destes, 93,10% (27) são do sexo feminino, conforme pode ser visualizado na tabela e nos gráficos adiante.

Tabela 2: Estatísticas da população - Professores e demais servidores

Ativos	Quantidade			Remuneração Média			Idade Média		
	Feminino	Masculino	Geral	Feminino	Masculino	Geral	Feminino	Masculino	Geral
Professores	27	2	29	4.681,23	4.239,78	4.650,79	51	49	50
Não-Professores	83	28	111	1.930,85	2.069,97	1.965,95	55	57	56

Observamos que a idade média dos servidores professores é aproximada a dos demais servidores. Para o primeiro grupo a idade média está em torno de 50 anos, enquanto que a idade média dos não professores é um pouco superior, aproximadamente de 56 anos.

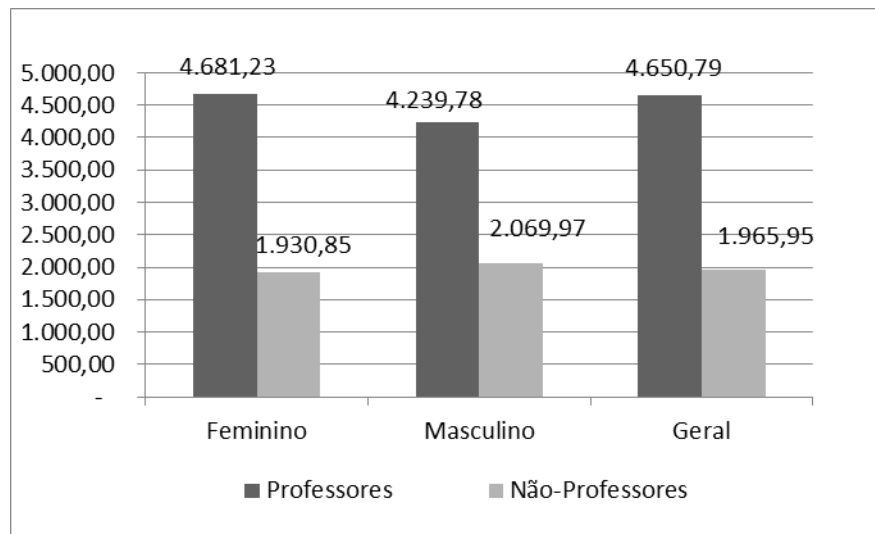
Gráfico 6: Quantidade de servidores





É possível observar pelo Gráfico 7 que o salário médio dos professores é bem superior ao dos demais servidores. Nesse contexto, contribuindo para custos mais elevados para o plano, uma vez que os professores se aposentam mais cedo e têm salários maiores.

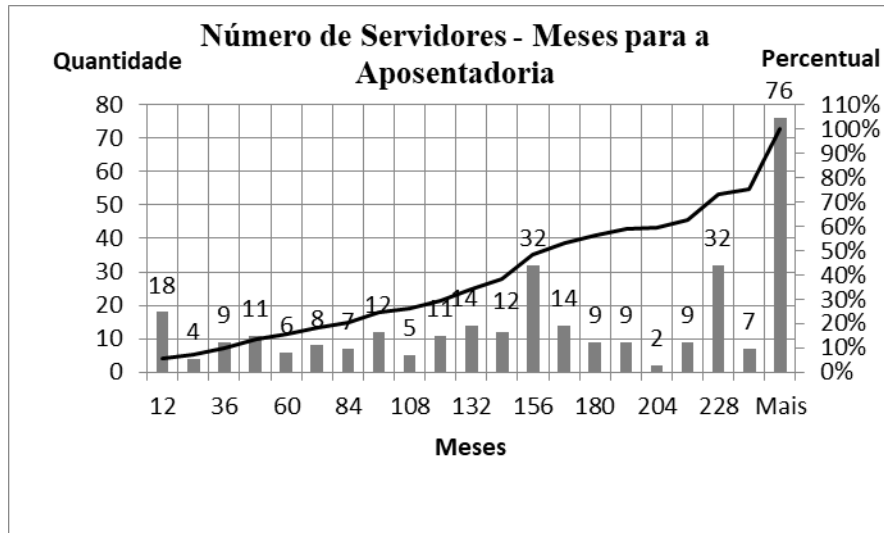
Gráfico 7: Salário Médio



O Gráfico 8 traz informações sobre a quantidade projetada de servidores que poderão se aposentar nos próximos meses. É possível verificar que em torno de 5% dos atuais servidores estarão elegíveis a um benefício de aposentadoria nos próximos 12 meses. Esse valor corresponde a 7 servidores. Isso compromete, sobremaneira, a aplicação dos recursos previdenciários, uma vez que haverá uma necessidade de liquidez no curto prazo em virtude do aumento da folha de proventos de aposentados. Além disso, é visto que aproximadamente 15% dos servidores atuais poderão estar aposentados nos próximos 5 anos.

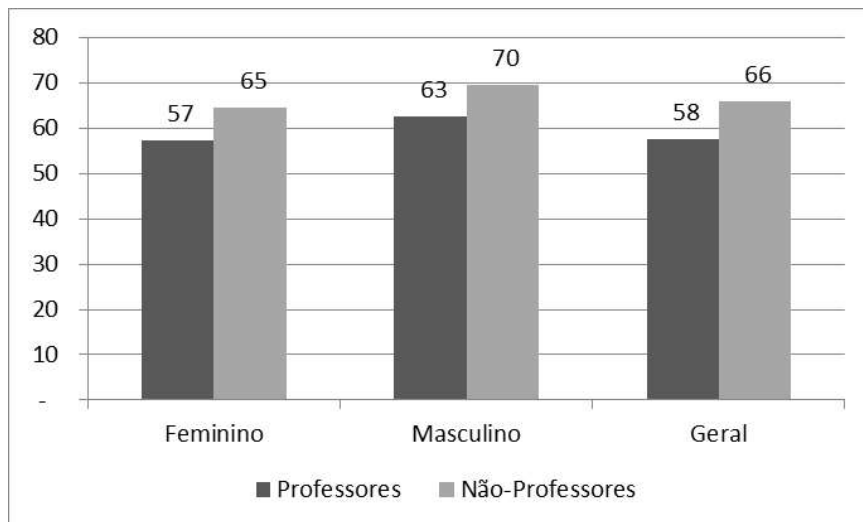


Gráfico 8: Tempo projetado para a aposentadoria



Adicionalmente, verificamos que a idade média de aposentadoria projetada para os professores do sexo masculino foi de 63 anos e 70 anos para os demais servidores homens, de acordo com o demonstrado por meio do Gráfico 9. Já para as mulheres, verificamos que a idade média projetada para a aposentadoria das professoras foi de 57 anos e 65 para as demais mulheres.

Gráfico 9: Idade média projetada para a aposentadoria





3. BASES TÉCNICAS

3.1. HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas e hipóteses utilizadas na presente avaliação atuarial atendem a todas as especificações contidas na legislação em vigor e buscam representar as características da massa de segurados bem como retratar a realidade aos parâmetros biométricos, financeiros e econômicos aplicados ao tipo de estudo atuarial.

Quadro 1: Premissas Atuariais

HIPÓTESE	VALOR
Sobrevivência de válidos	IBGE
Mortalidade de válidos	IBGE
Sobrevivência de inválidos	IBGE
Mortalidade de inválidos	IBGE
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial	1%
Composição Familiar do Servidor	Cônjuge da mesma idade do servidor
Idade de ingresso no mercado de trabalho	30 anos
Taxa de Juros	4,63%

Não foi utilizada nenhuma hipótese de inflação nesta avaliação atuarial uma vez que todas as variáveis financeiras são influenciadas por esta variável na mesma



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ael1995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e

dimensão e período. A presente



avaliação atuarial tratou apenas dos servidores civis integrantes da geração atual, bem como dos atuais aposentados e pensionistas, não sendo utilizada a hipótese de reposição de servidores.

3.2. ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO

O Município adota atualmente, através da Lei Municipal 714/2021, as alíquotas de 26% patronal e 14% segurados, aposentados e pensionistas, que foram utilizadas para efeito da projeção atuarial e verificação do comportamento das receitas e despesas previdenciárias.

3.3. REGRAS DE ELEGIBILIDADES

Consideram-se as regras constantes da Emenda Constitucional - EC nº 41/03, Emenda Constitucional - EC nº 47/05, Emenda Constitucional - EC nº 103/19 e Legislação Municipal. A data da aposentadoria programada do servidor foi calculada aplicando-se todas as regras pertinentes e selecionando-se a primeira data de elegibilidade ao benefício.

3.4. REGIME FINANCEIRO E MÉTODO DE CUSTEIO

O Regime financeiro adotado para o cálculo das aposentadorias e pensões foi o de capitalização, tendo este regime uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e o Ente, incorporando-se às reservas matemáticas, sejam suficientes para manter o compromisso total do regime próprio de previdência social para com os participantes, sem que seja necessária a utilização de outros recursos, caso as premissas estabelecidas para o plano previdenciário se verifiquem.

No cálculo do resultado atuarial com a atual geração de servidores ativos, inativos e pensionistas comparou-se o valor atual das obrigações futuras contra o valor atual das contribuições futuras, tendo sido usado o método agregado para o cálculo das provisões matemáticas prospectivas.

A análise do fluxo de caixa (projeções atuariais) pressupõe o acompanhamento das receitas e despesas, bem como, seu correspondente saldo através desta diferença destas



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ael995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e

duas variáveis somadas ao ativo do plano na data da avaliação quando existente.



4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os resultados da avaliação atuarial do Plano Previdenciário, na data-base de dezembro/2022, estão apresentados nos Anexos I - Balanço Atuarial e II - Projeções Atuariais. O balanço atuarial retrata a situação, em valores presentes, do equilíbrio atuarial existente na data da avaliação.

O balanço atuarial está dividido nas contas de ativo e passivo, tendo estas últimas uma subdivisão em benefícios a conceder e concedidos. Os benefícios a conceder representam as obrigações do regime de previdência para com os atuais servidores ativos e dependentes que ainda não estão em gozo de qualquer benefício. Já os benefícios concedidos representam as obrigações com o pagamento futuro dos benefícios dos atuais aposentados e pensionistas.

Todos os valores que constam do passivo e ativo estão expressos em moeda de dezembro/2022 e foram calculados considerando-se as probabilidades de ocorrência dos eventos determinantes da concessão dos benefícios (sobrevivência, morte, invalidez, etc.) e uma taxa de juros igual a 4,63% ao ano, de forma a quantificar na análise o efeito do valor do dinheiro no tempo.

No lado do ativo, encontram-se as contas de receitas do regime de previdência, representadas pelos valores presentes atuariais das contribuições dos servidores ativos, inativos, pensionistas e do Ente. Essas contribuições foram calculadas considerando-se as alíquotas atualmente em vigor.

No caso específico sob análise é registrado um déficit atuarial em torno de R\$ 68 milhões. Esse déficit deve ser entendido como o montante de recursos necessário ao equilíbrio do regime de previdência, caso fossem mantidas as alíquotas de contribuição. O déficit do plano é obtido subtraindo-se o valor presente das contribuições futuras (R\$ 12 milhões), somadas ao patrimônio líquido do fundo (R\$ 84 mil) e à provisão de compensação financeira a receber (R\$ 8 milhões), do valor presente dos benefícios futuros (R\$ 89 milhões).



Nas Projeções Atuariais, influenciadas pelas hipóteses e premissas atuariais, estão demonstrados os valores a receber e pagar a todos os servidores, permitindo uma idéia mais precisa das insuficiências financeiras esperadas para cada exercício futuro. Nos fluxos apresentados não está incluído o valor da compensação previdenciária a receber de outro regime de previdência.



Os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir do uso de técnicas atuariais aceitas internacionalmente e de parâmetros estabelecidos nos normativos anteriormente descritos. Convém ressaltar que a qualidade dos resultados depende fundamentalmente da consistência dos dados cadastrais e da adequabilidade das hipóteses utilizadas no estudo. A inadequação das hipóteses ou erros que porventura tenham remanescido na base cadastral serão corrigidos na medida em que as reavaliações atuariais anuais forem sendo efetivadas.

5. PLANO DE CUSTEIO

Tabela 3: Custeio do Plano

CONTRIBUINTE	CUSTO NORMAL - %	CUSTO SUPLEMENTAR - %
Ente Público	26,00	37,29
Servidor Ativo	14,00	
Servidor Aposentado	14,00	
Pensionista	14,00	

Tabela 4: Custeio do Plano por Tipo de Benefício

BENEFÍCIO	CUSTO NORMAL-%
Aposentadoria por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	27,88
Aposentadoria por Invalidez	1,25
Pensão por Morte de Segurado Ativo	2,90
Pensão por Morte de Aposentado por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória	7,67
Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez	0,31



6. PARECER ATUARIAL

Esta Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terezinha - PE constatou um custo normal que garante o equilíbrio do plano do momento desta avaliação em diante de 42%, sendo 14% para o servidor ativo, aposentado e pensionista, e 26% para o Ente Público, e a existência de um déficit atuarial de R\$ 68.093.727,34.

Vale lembrar que este montante é o que falta hoje para compor as reservas matemáticas necessárias para o pagamento dos benefícios programados e deles decorrentes até o último sobrevivente do grupo previdenciário (Ativos, Aposentados e Pensionistas), bem como, de todos possíveis benefícios de riscos que poderão surgir ao longo da trajetória previdenciária desta massa.

Por fim, cabe salientar que a cobertura dos gastos de administração da unidade gestora do RPPS é custeada conforme Art. 1º da Lei Municipal nº 714, de 07 de junho de 2022. O percentual para custeio das despesas administrativas será de 2% incidentes sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os segurados ativos do RPPS.

I. Qualidade do Cadastro

O cadastro disponibilizado pelo RPPS apresentou qualidade razoável, requerendo por parte dos dirigentes do ente, revisão, manutenção e atualização dos dados correspondentes, visando à fidedignidade dos mesmos para uma correta mensuração das obrigações previdenciárias. Em 31/12/2022, o referido cadastro apresentava 140 servidores ativos, 64 servidores inativos e 11 pensionistas.

Verificou-se que 77% da população coberta são do sexo feminino e 20,71% dos atuais servidores ativos são professores. Adicionalmente, verificamos que a idade média de aposentadoria projetada para os professores foi de 63 anos e para as professoras, 57 anos de idade. Já para os demais homens, a idade média projetada para a aposentadoria foi de 70 anos, e para as mulheres de 65 anos, de acordo com os dados cadastrais e com as



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA APARECIDA DOS SANTOS, JORDALINO CAVALCANTE NETO, EDER MARCONE VIEIRA, MATHEUS EMIDIO DE BARROS CALADO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ael1995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e

regras definidas na Constituição Federal e suas respectivas emendas.



II. Hipóteses Adotadas na Avaliação Atuarial

As hipóteses adotadas nesta avaliação tiveram por fundamentação o cenário macroeconômico nacional, bem como o disposto na legislação aplicável, especificamente a Portaria nº 1467, de 02 de junho de 2022.

Diante da ausência de dados não foi possível efetuar teste de aderência quanto às tábuas de sobrevivência de válidos e inválidos, bem como quanto à tábua de entrada em invalidez adotadas nesta avaliação, entretanto julgamos adequadas as tábuas previstas no art. 6º da resolução supramencionada para representar o comportamento da força de mortalidade do grupo de ativos e inativos do RPPS.

A taxa de juros atuariais adotada foi de 4,63% (quatro vírgula sessenta e três por cento) ao ano, devendo ser continuamente reavaliada, tendo em vista que há uma tendência de redução da expectativa de rentabilidade dos investimentos no longo prazo.

Em relação à taxa de crescimento salarial, foi utilizada a hipótese de 1%, uma vez que nos últimos anos o valor da folha salarial foi fortemente influenciado pela adequação dos salários dos servidores, que tiveram um crescimento expressivo nos últimos anos, contribuindo para um aumento real na folha salarial, que não reflete o crescimento salarial do servidor público no longo prazo. A partir das próximas avaliações atuariais, essa influência será reduzida e será possível avaliar melhor a estatística de crescimento salarial dos servidores para fins elaboração de projeções atuariais de longo prazo.

Para a premissa de crescimento real dos benefícios, utilizamos o valor de 0%. A justificativa para a utilização deste valor se deve pelo fato de não haver previsão legal de reajuste real dos benefícios previdenciários. Considerou-se nesta avaliação que os indivíduos em média começam a trabalhar aos 30 anos de idade. Essa premissa é utilizada para fins de obtenção do tempo de contribuição do servidor em outro regime de previdência, anterior ao serviço público, para fins de projeção da data da aposentadoria. Sugerimos que o RPPS e o Ente Federativo faça um



recadastramento dos servidores ativos para obter os valores exatos de tempo de contribuição em outros regimes de previdência.

Enfim, todas as variáveis adotadas nesta avaliação foram plenamente discutidas com os representantes do RPPS.

III. Ativo Líquido do Plano

Na data desta avaliação atuarial o Plano Previdenciário apresentava patrimônio acumulado de R\$ 84.215,73, segundo informações da unidade gestora do RPPS.

IV – Provisões Matemáticas para os próximos 12 meses

Conforme previsto na Portaria MTP Nº 1467/2022, apresentamos a projeção das provisões matemáticas para os próximos doze meses, calculadas pelo método recursivo de interpolação linear. Os valores estão apresentados em mil unidades.

Tabela 6: Provisões 12 meses

Mês	VABF- Concedido s	VACF- Apos.Pens .	PMBC	VABF-A Conceder	VACF- Ente	VACF- Servidore s	PMBaC	VACompF - A Receber
0	41.315,16	-	41.315,16	48.601,78	8.285,74	4.461,55	35.854,48	8.991,69
1	41.208,77	-	41.208,77	48.754,11	8.230,30	4.431,70	36.092,11	8.996,29
2	41.102,39	-	41.102,39	48.906,45	8.174,85	4.401,84	36.329,75	9.000,88
3	40.996,01	-	40.996,01	49.058,78	8.119,41	4.371,99	36.567,38	9.005,48
4	40.889,63	-	40.889,63	49.211,11	8.063,96	4.342,13	36.805,02	9.010,07
5	40.783,25	-	40.783,25	49.363,45	8.008,52	4.312,28	37.042,65	9.014,67
6	40.676,87	-	40.676,87	49.515,78	7.953,07	4.282,42	37.280,28	9.019,26
7	40.570,48	-	40.570,48	49.668,11	7.897,63	4.252,57	37.517,92	9.023,86



8	40.464,10	-	40.464,10	49.820,45	7.842,18	4.222,71	37.755,55	9.028,45
9	40.357,72	-	40.357,72	49.972,78	7.786,74	4.192,86	37.993,19	9.033,05
10	40.251,34	-	40.251,34	50.125,11	7.731,29	4.163,00	38.230,82	9.037,65
11	40.144,96	-	40.144,96	50.277,45	7.675,85	4.133,15	38.468,45	9.042,24
12	40.038,57	-	40.038,57	50.429,78	7.620,40	4.103,29	38.706,09	9.046,84



VABF - a Conceder: Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder) VABF - Concedidos: Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)

VACF - Apos. Pens.: Valor Atual das Contribuições Futuras do Servidores, Aposentados e Pensionistas (Benefícios Concedidos)

VACF - Ente: Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)

VACF - Servidores : Valor Atual das Contribuições Futuras dos Servidores, Aposentados e Pensionistas (Benefícios a Conceder)

VACompF - a Receber: Valor Atual da Compensação Financeira a Receber

PMBC: Provisão Matemática de Benefícios Concedidos

PMBaC: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder

V – Compensação Previdenciária a Receber

Para compensação previdenciária entre o RPPS e Regime Geral de Previdência Social - RGPS do INSS estimamos o valor da compensação a receber no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor atual dos benefícios futuros, com base no art. 34, II, alínea “b” da Portaria MTP nº 1467, de 02 de junho de 2022.

O volume do déficit atuarial apurado pode ser reduzido na ocasião em que a Secretaria da Previdência Social - SPS reconheça os efetivos direitos a serem repassados através de compensação previdenciária para financiar o possível tempo de serviço passado dos servidores de cargo efetivo do RPPS.

Por isso, é importante que os gestores do RPSS providenciem recadastramento para averiguar essa situação, pois a compensação financeira a receber pode ser um fator preponderante para a obtenção de um resultado mais favorável ao plano previdenciário em estudo.

VI – Resultado Atuarial

De acordo com as hipóteses atuariais, financeiras e demográficas adotadas, bem como as informações cadastrais e o patrimônio apresentado, o Plano Previdenciário apresenta um déficit atuarial no valor de R\$ 68.093.727,34 milhões, considerando-se a projeção futura de receitas e despesas previdenciárias.



Adicionalmente, o RPPS está adotando procedimentos para fins de recebimento de recursos decorrentes de compensação previdenciária. Portanto, para garantia total do equilíbrio atuarial do plano de benefícios, sugerimos a manutenção do atual plano de custeio sendo 14% para o servidor e 26% para o Ente, bem como o reescalonamento das alíquotas do atual plano de equacionamento de déficit, implementado através do Decreto Municipal nº 16/2016 conforme Tabela 7.

Tabela7: Plano de Equacionamento

ANO	DÉFICIT ATUARIAL	AMORTIZAÇÃO	JURUS	PRESTAÇÃO	FUNDA SALARIAL	C.S. (70)	C.S. (13)	APORTE
	-68.093.727,34							
2023	-67.207.490,37	886.236,97	3.152.739,58	4.038.976,54	4.636.108,33	35,00%	1.622.637,92	2.416.338,62
2024	-66.227.176,56	980.313,81	3.111.706,80	4.092.020,62	4.682.469,42	35,00%	1.638.864,30	2.453.156,32
2025	-65.080.508,12	1.146.668,45	3.066.318,27	4.212.986,72	4.729.294,11	35,00%	1.655.252,94	2.557.733,78
2026	-63.811.256,80	1.269.251,31	3.013.227,53	4.282.478,84	4.776.587,05	35,00%	1.671.805,47	2.610.673,37
2027	-62.207.050,84	1.604.205,97	2.954.461,19	4.558.667,16	4.824.352,92	35,00%	1.688.523,52	2.870.143,63
2028	-60.461.394,53	1.745.656,30	2.880.186,45	4.625.842,76	4.872.596,45	35,00%	1.705.408,76	2.920.434,00
2029	-58.415.544,59	2.045.849,95	2.799.362,57	4.845.212,51	4.921.322,42	35,00%	1.722.462,85	3.122.749,67
2030	-56.049.722,20	2.365.822,39	2.704.639,71	5.070.462,10	4.970.535,64	35,00%	1.739.687,47	3.330.774,63
2031	-53.375.106,52	2.674.615,69	2.595.102,14	5.269.717,82	5.020.241,00	35,00%	1.757.084,35	3.512.633,48
2032	-50.472.296,79	2.902.809,73	2.471.267,43	5.374.077,16	5.070.443,41	35,00%	1.774.655,19	3.599.421,97
2033	-47.354.507,65	3.117.789,14	2.336.867,34	5.454.656,48	5.121.147,84	35,00%	1.792.401,74	3.662.254,73
2034	-43.997.995,31	3.356.512,34	2.192.513,70	5.549.026,04	5.172.359,32	35,00%	1.810.325,76	3.738.700,28
2035	-40.203.895,38	3.794.099,94	2.037.107,18	5.831.207,12	5.224.082,91	35,00%	1.828.429,02	4.002.778,10
2036	-36.089.033,69	4.114.861,68	1.861.440,36	5.976.302,04	5.276.323,74	35,00%	1.846.713,31	4.129.588,73
2037	-31.725.842,25	4.363.191,44	1.670.922,26	6.034.113,70	5.329.086,98	35,00%	1.865.180,44	4.168.933,26
2038	-27.106.035,05	4.619.807,20	1.468.906,50	6.088.713,70	5.382.377,85	35,00%	1.883.832,25	4.204.881,45
2039	-22.306.393,62	4.799.641,43	1.255.009,42	6.054.650,85	5.436.201,63	35,00%	1.902.670,57	4.151.980,28
2040	-17.351.941,05	4.954.452,57	1.032.786,02	5.987.238,59	5.490.563,64	35,00%	1.921.697,27	4.065.541,32
2041	-12.136.243,74	5.215.697,31	803.394,87	6.019.092,18	5.545.469,28	35,00%	1.940.914,25	4.078.177,94
2042	-6.712.939,43	5.423.304,32	561.908,09	5.985.212,40	5.600.923,97	35,00%	1.960.323,39	4.024.889,01
2043	-1.092.380,91	5.620.558,51	310.809,10	5.931.367,61	5.656.933,21	35,00%	1.979.926,62	3.951.440,98
2044	4.768.491,41	5.860.872,32	50.577,24	5.911.449,56	5.713.502,54	35,00%	1.999.725,89	3.911.723,66



A manutenção deste plano se dará até a próxima avaliação atuarial, ocasião em que, o nível de contribuição deverá ser reavaliado.

Cabe salientar que caso o RPPS não consiga formar reservas e capitalizar os recursos previdenciários será necessário adotar uma outra forma de equacionamento como a segregação de massas, cuja implantação deverá ser analisada na próxima avaliação atuarial.

VII – Considerações Finais

É necessário sempre averiguar a capacidade do Ente em honrar seus compromissos e a extrema necessidade de formação de reservas matemáticas, constituídas de forma capitalizada que é a melhor forma de termos a garantia para o pagamento de benefícios, bem como, tentar absorver do mercado financeiro recursos através das aplicações que podem diminuir este volume de déficit sem ter que sacrificar os cofres públicos na sua totalidade apresentada.

Por fim, o Ente Municipal é responsável por eventuais insuficiências financeiras referentes à garantia do pagamento dos benefícios.

Recife - PE, 10 de março de 2023.

Jorge Tiago Moura Cruz
Atuário - MIBA 3.286



Documento Assinado Digitalmente
 Por: MATEUS EMÍDIO DE BARROS CALADO
 App: APPRECEITA
 Acesso em: https://elc.ce.gov.br/ppa/validacao/oc/ocm/cedo/validacao/documento: ael995a5-dbf7-4851-9d88-5983c6b8e42e

ANEXO II - PROJEÇÕES ATUARIAIS

ANEXO I - BALANÇO ATUARIAL

DATA-BASE: DEZEMBRO/2022

ATIVO		PASSIVO	
Aplicações Financeiras do RPPS	84.215,73	Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	41.315.155,57
Valor Presente Atuarial das Contribuições	12.747.299,17	Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	48.601.780,25
Compensação a Receber	8.991.693,58	Aposentadorias	35.394.830,10
Déficit(+)/Superavit(-) Atuarial	68.093.727,34	Pensões	13.206.950,15
TOTAL	89.916.935,82	TOTAL	89.916.935,82

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (A)	Valor (B)	Valor (A-B)
2023	1.887.584,50	3.451.912,32	-1.480.112,09
2024	1.879.984,89	3.504.509,03	-1.624.524,14
2025	1.839.125,36	3.653.905,40	-1.814.780,05
2026	1.819.800,22	3.729.533,39	-1.909.733,17
2027	1.706.104,20	4.100.205,19	-2.394.100,99
2028	1.680.120,42	4.172.048,57	-2.491.928,15
2029	1.583.559,35	4.461.070,95	-2.877.511,60
2030	1.480.393,56	4.758.249,47	-3.277.855,91
2031	1.386.178,26	5.018.047,82	-3.631.869,56
2032	1.330.728,08	5.142.031,38	-3.811.303,30
2033	1.281.295,74	5.231.792,48	-3.950.496,73
2034	1.222.178,90	5.341.000,40	-4.118.821,50
2035	1.078.992,33	5.718.254,43	-4.639.262,10
2036	987.012,14	5.899.412,4	-4.912.400,33



ANEXO II - PROJEÇÕES ATUARIAIS

		7	
2037	930.947,12	5.955.618,9	-5.024.671,83
		4	
2038	870.784,10	6.006.973,5	-5.136.189,40
		0	
2039	843.861,07	5.931.400,4	-5.087.539,34
		1	
2040	829.120,51	5.807.916,1	-4.978.795,66
		7	
2041	764.882,28	5.825.968,4	-5.061.086,20
		8	
2042	726.470,28	5.749.841,4	-5.023.371,17
		5	
2043	691.841,80	5.644.915,6	-4.953.073,89
		9	
2044	636.354,79	5.588.176,6	-4.951.821,87
		6	
2045	604.018,66	5.460.031,0	-4.856.012,36
		2	
2046	585.731,57	5.286.572,0	-4.700.840,53
		9	
2047	558.781,53	5.130.873,7	-4.572.092,21
		4	
2048	539.877,87	4.949.817,1	-4.409.939,31
		8	
2049	510.979,94	4.792.988,2	-4.282.008,35
		9	



ANEXO II - PROJEÇÕES ATUARIAIS

ATUAL GERAÇÃO DE SERVIDORES, INATIVOS E
PENSIONISTAS
VALORES CORRENTES

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (A)	Valor (B)	Valor (A-B)
2050	485.170,58	4.626.833,33	- 4.141.662,7 4
2051	465.974,84	4.441.860,13	- 3.975.885,2 9
2052	430.026,93	4.300.269,33	- 3.870.242,4 0
2053	411.158,88	4.111.588,77	- 3.700.429,8 9
2054	392.122,38	3.921.223,80	- 3.529.101,4 2
2055	372.860,63	3.728.606,25	- 3.355.745,6 3
2056	353.355,71	3.533.557,07	- 3.180.201,3 7
2057	333.658,17	3.336.581,73	- 3.002.923,5 5
2058	313.842,08	3.138.420,75	- 2.824.578,6 8
2059	293.969,67	2.939.696,74	- 2.645.727,0 6
2060	274.091,67	2.740.916,66	- 2.466.824,9 9
2061	254.289,99	2.542.899,86	- 2.288.609,8 7
2062	234.686,03	2.346.860,33	- 2.112.174,3 0
2063	215.396,68	2.153.966,81	- 1.938.570,1 3
2064	196.536,48	1.965.364,83	- 1.768.828,3 5



ANEXO II - PROJEÇÕES ATUARIAIS			
2065	178.179,46	1.781.794,58	- 1.603.615,1 3
2066	160.320,16	1.603.201,61	- 1.442.881,4 5
2067	142.946,81	1.429.468,09	- 1.286.521,2 9
2068	126.125,81	1.261.258,10	- 1.135.132,2 9
2069	109.979,02	1.099.790,22	-989.811,19
2070	94.646,20	946.462,01	-851.815,81
2071	80.237,94	802.379,37	-722.141,43
2072	66.840,98	668.409,83	-601.568,84
2073	54.567,37	545.673,71	-491.106,34
2074	43.564,95	435.649,48	-392.084,53
2075	33.975,70	339.757,03	-305.781,33
2076	25.877,72	258.777,19	-232.899,47



ANEXO II - PROJEÇÕES ATUARIAIS

ATUAL GERAÇÃO DE SERVIDORES, INATIVOS E
PENSIONISTAS
VALORES CORRENTES

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (A)	Valor (B)	Valor (A-B)
2077	19.234,28	192.342,76	-173.108,48
2078	13.926,68	139.266,75	-125.340,08
2079	9.800,56	98.005,58	-88.205,02
2080	6.694,85	66.948,50	-60.253,65
2081	4.414,81	44.148,14	-39.733,33
2082	2.758,52	27.585,22	-24.826,69
2083	1.595,09	15.950,94	-14.355,84
2084	837,29	8.372,93	-7.535,64
2085	391,54	3.915,44	-3.523,90
2086	159,03	1.590,28	-1.431,26
2087	51,08	510,81	-459,73
2088	11,12	111,20	-100,08
2089	1,40	14,04	-12,63
2090	0,07	0,66	-0,60
2091	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00



ANEXO II - PROJEÇÕES ATUARIAIS

ATUAL GERAÇÃO DE SERVIDORES, INATIVOS E
PENSIONISTAS
VALORES CORRENTES

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
	Valor (A)	Valor (B)	Valor (A-B)

FONTES: Técnico responsável pelo cálculo.

NOTAS:

- 1 - As alíquotas de contribuição consideradas foram de 14,00% para os servidores ativos e de 26,00% para o Ente.
- 2 - Nas despesas previdenciárias não estão incluídos os benefícios de auxílios.
- 3 - Nos fluxos de receitas e despesas não está considerada a hipótese de crescimento por produtividade.
- 4 - As contribuições dos servidores inativos e pensionistas foram consideradas de 14,00% sobre a parcela excedente a R\$ 7.507,49.
- 5 - Os benefícios foram calculados em conformidade com as disposições da Emenda Constitucional nº 41/03 e Emenda Constitucional nº 47/05, Emenda Constitucional nº 103/19 e Legislação Municipal.



ANEXO III - PROVISÕES MATEMÁTICAS

PROVISÕES MATEMÁTICAS - CONTABILIDADE - DATA-BASE: 31/12/2022

Operação	Plano de Contas		R\$
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	68.177.943,07
C	2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
C	2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.01.01	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
C	2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
C	2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.02.03	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
C	2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	37.183.640,01
C	2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	41.315.155,57
D	2.2.7.2.1.03.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.03.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	4.131.515,56
C	2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	30.994.303,06
C	2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	48.601.780,25
D	2.2.7.2.1.04.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	8.285.744,46
D	2.2.7.2.1.04.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	4.461.554,71
D	2.2.7.2.1.04.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	4.860.178,03
D	1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
D	1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	-
C	2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
C	2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	-



I) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais órgãos da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis	Gestor do RPPS	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2021	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2018	Concluído



Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisos por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2023	Concluído

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2023	Concluído
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	A ser definido em ato normativo específico daSTN.	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Não se aplica
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATORIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gestor do RPPS	Imediato	Não se aplica

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste observamos as movimentações patrimoniais conforme Ludícibus (IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.) *“é caracterizada como a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamento, se for o caso”*. No caso desse trabalho utilizamos os demonstrativos o balanço patrimonial as demonstrações do resultado do exercício, com o auxílio dos índices contábeis, esse são de suma importância, pois com eles foi possível ser feito o diagnóstico IPSET. São deles que foram fornecidas as informações precisas para se chegar a uma conclusão de como anda a situação financeira e econômica do Instituto.

Assim através dos índices de liquidez avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações. Sendo de grande importância para a administração da continuidade da Instituição, as variações destes índices devem ser motivos de observações na tomada de decisões para os gestores que irão administrar a entidade. As informações para o cálculo destes índices são retiradas unicamente do Balanço patrimonial, demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial da entidade, devendo ser atualizadas constantemente para uma correta análise e consistência contábil, sendo possível o desenvolvimento administrativo, tanto organizacionalmente como também financeiramente da vida do IPSET.

LOURIVAL ANTÔNIO CALADO

PRESIDENTE

EDER MARCONI VIEIRA

Contador